

PERCEPÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO BRASIL, A PARTIR DO GOVERNO LULA

Adilson Vaz Cabral Filho¹
Fernando Luiz Silva Chagas²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar de que forma o Governo Lula contribuiu para conferir uma nova visão sobre a cultura, ao promover uma série de iniciativas voltadas para a inclusão social, a partir de ações culturais, através do Programa Cultura Viva. O programa em questão apresenta-se como uma ação pública de reorganização do trabalho cultural, cuidando de sua viabilização em redes solidárias de produção, sendo seu principal eixo os Pontos de Cultura. Compreende-se, neste trabalho, a ética, a partir das políticas públicas para a cultura, como sendo uma ferramenta fundamental na construção de espaços coletivos e de cidadania cultural nos quais os processos decisórios, políticos e sociais, sejam mais democráticos e inclusivos.

Palavras-chave: Ética. Cidadania cultural. Pontos de Cultura. Governo Lula.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to show how Lula's government contributed to assign of a new perception on culture by promoting initiatives aimed at social inclusion from cultural actions, through the so called Live Culture Program (*Programa Cultura Viva*). The program is presented as a public action of cultural work reorganization, caring for its feasibility in solidarity networks of production, having *Pontos de Cultura* (Points of Culture) as its main axis. Ethics is considered in this paper, from public policies for culture, as being a fundamental tool to the construction of collective spaces and cultural citizenship in which political, social and decision-making processes may be more democratic and inclusive.

Keywords: Ethics. Cultural citizenship. Points of Culture. Lula's Government.

¹ Professor do Curso de Comunicação Social e dos Programas de Estudos Pós-graduados em Política Social e de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense – UFF. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE – Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Membro da ULEPICC Brasil e Secretário-geral da entidade na gestão 2012-2014. Vice-chair da Seção de Comunicação Comunitária da IAMCR, desde 2012. e-mail: acabral@comunicacao.pro.br.

² Mestre pelo programa de Pós-graduação em Política Social, pela Universidade Federal Fluminense – UFF, graduado em letras pela Fundação Educacional da Região dos Lagos, integra o Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação – EMERGE – UFF, coordena o Ponto de Cultura “Tribal Sobre Rodas da Animação”, e-mail: fernandochagas10@hotmail.com.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO BRASIL, A PARTIR DO GOVERNO LULA

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva, na eleição para presidente do Brasil, em 2002, não foi apenas política, mas, sobretudo, cultural. Primeiro, por ser Lula um candidato oriundo diretamente da classe trabalhadora, metalúrgico e emissário de uma camada popular, em contraste com os antigos governos, elitistas, acadêmicos e de lógica privatista; segundo, pelas propostas de colocar o povo, com sua cultura e diversidade, como protagonista da história do país, quebrando com os paradigmas herdados das políticas dos governos da ditadura, e após a redemocratização,³ dos governos neoliberais. Assim, tomou conta do país a esperança de um novo ciclo para a sociedade, que seria marcado por uma importante transformação social.

Lula atribui à política um novo papel, na organização e na consolidação das condições necessárias para se chegar a uma sociedade brasileira mais justa, democrática e mais ética. Garante, a partir das diferenças e especificidades do povo brasileiro, uma mediação que levasse em conta as necessidades dos diversos grupos que a compõem, e que historicamente foram oprimidos, como os negros, os índios e a classe trabalhadora em geral. A cultura, no bojo dessa nova perspectiva de governo, passa a ocupar um lugar de destaque nos arranjos políticos com vistas à contribuição para a formação de uma sociedade mais democrática, inclusiva, autônoma, produtora e protagonista de práticas econômicas, culturais e sociais mais justas. O discurso do Governo Lula veio afirmar e dar à cultura o seu papel fundamental na construção de um país sonhado, garantindo a preservação da identidade, da cidadania e da superação da exclusão social. O governo do Partido dos Trabalhadores (PT) trouxe para a esfera federal alguma experiência sobre a gestão e a formulação de um novo horizonte social, a partir de novos conceitos para as políticas culturais. A definição de Teixeira Coelho, em seu *Dicionário crítico de política cultural*, é assumida aqui como referência teórica para a discussão sobre políticas culturais. Este campo de estudo vasto, por vezes impreciso, abarca outras definições, e agrega novos valores, mas, nesta reflexão, cabe trabalhar a partir dessas afirmações:

[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e

³ Redemocratização compreende-se como sendo os anos que se sucederam ao fim da ditadura militar brasileira, a partir de 1985.

divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de: 1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e 2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc.).⁴

Feitas essas considerações, busca-se avançar no sentido de entender a tendência do Governo Lula em relação ao campo da cultura, como elemento estratégico de mudança social, fator essencial de suas plataformas políticas. Quando assumiu, em 1989, a Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo – (SMC), Marilena Chauí⁵ impôs uma conduta de valorização da cultura, como exposto adiante. Foi nesta mesma direção que as ações, na instância federal, com a chegada de Lula ao poder, continuaram.

Chauí apontava, já naquela época, para três elementos paradigmáticos, historicamente herdados, a serem vencidos, para que se consolidasse uma política cultural de produção da autonomia humana e da inclusão social: o primeiro fator a ser quebrado era o poder público como produtor da cultura, dos conteúdos e das formas sob as quais a população estaria subordinada, reforçando todo o processo de domínio e controle hegemônico, a partir de determinadas expressões culturais.

O segundo fator relaciona-se com a tradição dos governos populistas e incluímos aqui os da ditadura, cujo Estado fazia da cultura uma matéria-prima a ser forjada, moldada e devolvida para a população, de forma pedagógica, estabelecendo a divisão dicotômica entre cultura de elite (da classe dominante, portanto a cultura certa, correta e verdadeira) e a cultura popular (da classe dominada, conseqüentemente nula, sem valor social ou de representatividade de uma nação).

Por último, as implicações do surgimento do estado neoliberal, com seu papel de articulador da cultura reduzido, e deixando a cargo da indústria cultural os direcionamentos sobre conteúdos e produtos culturais oferecidos à população. Assim, para combater essas concepções cujo povo era sujeito, foi definido, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo, o conceito de “cidadania cultural”, sendo, então, a maneira de enfrentamento das condições a que a cultura era submetida.

A cidadania cultural, para Chauí (2006), configurava-se segundo dois elementos fundamentais da gestão de políticas para a cultura: primeiro, a cultura como um bem, um

⁴ COELHO, 1997, p. 292.

⁵ Marilena Chauí é professora de filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e autora, dentre outros livros, de *Iniciação à filosofia* (Ática, 2012) e *Cidadania Cultural* (Perseu Abramo, 2006).

direito de todo cidadão, e a cultura como trabalho de criação. Nesse sentido, reafirmando a possibilidade da cultura promover o trabalho como uma ação reflexiva, produtora de significantes e significados, indo na contramão do trabalho alienante. Essa experiência do governo do PT, em São Paulo, aponta para um forte indício das condições e ações de políticas públicas para a cultura, que tomariam conta do Governo Lula e iriam ser expandidas por todo o país.

Podemos destacar três elementos propostos nas políticas da SMC, que foram na contramão do que o Estado historicamente havia se proposto em relação às políticas públicas e sua intervenção na cultura: o poder público como incentivador, estimulador, fomentador das ações culturais e mediador das desigualdades entre grupos, comunidades e minorias, cujas expressões tivessem sido renegadas e excluídas socialmente pela cultura dominante; a Secretaria, enquanto um espaço aberto de diálogo e conformação de ideias e pareceres; e a valorização da criação, da fruição simbólica e estética dos modos de vida dos agentes culturais. Essas ações incidem substancialmente no papel da ética, entendendo a ética enquanto formadora de mediações, na esfera pública, de forma a reconhecer as diferenças e possibilitar a todos, sob condições justas de oportunidades, igual participação nos processos decisórios da vida social. Assim se configurava o campo de atuação da SMC, como um espaço democrático e ético, para que a sociedade e o poder público pudessem chegar a melhores propostas para o campo da cultura. Em carta aberta da SMC, Marilena Chauí expõe (2006, p. 71):

A Secretaria Municipal de Cultura não será produtora de cultura nem dirigirá a cultura sob perspectiva doutrinária. A esta secretaria caberá estimular e promover as condições para que a população desta cidade crie e frua invenção cultural. Sem dúvida, esta secretaria, não tendo o monopólio das iniciativas culturais, terá o direito de receber, discutir, avaliar e propor projetos que lhe venham da sociedade tanto quanto aqueles que venham de seus próprios funcionários, também participantes da vida cultural da cidade. Um sistema interno e externo de colegiados, fóruns e conselhos será desenvolvido com a finalidade de abrir o campo à participação dos cidadãos e dos funcionários-cidadãos, na mudança da paisagem cultural de São Paulo.

Mas sabemos, contudo, que não foi uma tarefa fácil, tendo em vista que o próprio governo do PT sofria, por ser a primeira vez que governava uma grande cidade, e tendo que lidar com um Estado burocrático, desigual, carente e engessado pelas leis. Assim, os três elementos históricos que estavam na ordem de superação da SMC, o controle estatal da cultura, a dicotomia cultura de elite e cultura popular, e o Estado neoliberal, também surgem com uma nova leitura e perspectiva, apontada por Rubim (2008), sobre o caminho das

políticas culturais no Brasil, que produziu tristes tradições e, por conseguinte, enormes desafios.

Estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, significada desde os tempos coloniais, passando pelo Império e a República, em que o menosprezo à cultura indígena e à cultura negra, aliado a um investimento ínfimo em educação, saúde e cultura, promoviam esse Estado ausente de suas responsabilidades; o autoritarismo, cujas ditaduras impuseram o silêncio, a violência e a subordinação à cultura fornecida pelo Estado e pelas classes dominantes; e a instabilidade, que se configurava, em grande parte, pelas fragilidades institucionais dos órgãos ligados à cultura e pela descontinuidade das políticas. É a partir dessas marcas e dessa memória que Lula surge. No plano federal, essas ações ampliadas serão compreendidas a partir do Programa Cultura Viva, desenvolvido pelo Minc, em 2004.

Lula foi eleito com base em um discurso de enfrentamento e mudança, em relação às tristes experiências que a sociedade brasileira havia passado, principalmente nas duas primeiras décadas, após o período de redemocratização. Tais desafios são enfatizados por Jorge Mattoso (2013, p. 111), qualificando essa superação social pela qual o governo do PT passou:

Passados dez anos da eleição do primeiro governo federal liderado pelo PT, temos uma evidencia incontestável: o Brasil mudou bastante nesses anos, e para melhor, muito melhor. Desde o início desse período em 2003, quando da posse do primeiro governo de Lula, o país buscou sair de um imbróglio no qual se encontrava havia duas décadas, marcado por um crescimento econômico insuficiente, baixas taxas de investimento, acentuada vulnerabilidade externa, redução da capacidade de intervenção e regulação do Estado, elevação do desemprego, precarização do trabalho e aprofundamento de nossas vergonhosas miséria e desigualdade. Ao longo desses dez últimos anos, o Brasil não somente rompeu com aquele quadro terrível, que parecia endêmico e sem fim, como passou por um período de consolidação democrática e de conformação de uma nova forma de desenvolvimento. E, não menos importante, com um crescente reconhecimento popular de que essa nova realidade vivida pelo país representa avanços consideráveis e conquistas históricas nos campos econômico e social.

A este final, consideramos que a cultura foi significativa para tais avanços. Em seu discurso, o então presidente Lula apontava para um rompimento com a hegemonia de controle imposta pelos países imperialistas sobre o Brasil. Enfrentaria as potências globais que exerciam e infligiam um poder à autonomia política, econômica e cultural do país. Mas não seria nada fácil, já que internamente ainda enfrentaria uma mídia tendenciosa e uma elite conservadora e oposicionista.

Em grande parte, isso se deu pela tendência de seu governo ter abandonado valores tradicionais da política, apostando numa centralidade de valores e princípios mais próximos da realidade de seu povo. Lula desponta como um governante de esquerda, de princípios socialistas, que mudaria o rumo ideológico da política, da economia e da cultura do país, como nunca se imaginava. Consolida a política como a ferramenta de disposição de uma sociedade mais justa e ética.

O Brasil, a partir de agora, teria a responsabilidade de ser protagonista de sua própria história. E foi com essa certeza que o Governo Lula conseguiu, em grande medida, fazer com que o país tivesse um novo reconhecimento, por parte dos brasileiros e da comunidade internacional. O Brasil conseguiu aumentar sua economia, suas relações internacionais e sua liderança política, nas questões mais fundamentais, no mundo e principalmente dentro da América Latina. Internamente, o governo alcançou uns dos maiores índices de inclusão social e distribuição de renda, com programas como o Bolsa Família, o Universidade para Todos e o programa de aceleração do crescimento (PAC). O Brasil de Lula desenvolveu-se. De 2003 a 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 3,5% (mais do que o dobro do período de 1998 a 2002), e de 2007 a 2010 cresceu 4,6%, atingindo seu maior crescimento da década, em 2010, de 7,5%, conforme Nelson Barbosa (2013).

Este cenário se refletiu totalmente na mudança de mentalidade sobre a articulação da produção cultural, enfatizando seu potencial na construção de autonomia e inclusão social, sobretudo na possibilidade de um aporte de recursos que fossem significativos para essa empreitada. Toda a dimensão alcançada pelas políticas culturais na gestão Lula deu-se primordialmente pela ampliação do diálogo com os agentes culturais, com as comunidades e os grupos tradicionais. Centrado na ideia de uma gestão compartilhada, cuja sociedade teria fundamental importância nos processos decisórios sobre as principais questões culturais do país, o governo acerta em pontos fundamentais para espalhar pelo corpo cultural do país uma nova era de valorização da cultura como um bem e um direito, algo a transformar e dar mais cidadania ao povo.

2. AÇÕES CULTURAIS E A ÉTICA

Os Pontos de Cultura, que são ações presentes no Programa Cultura Viva, foram os grandes representantes dessa nova condição de protagonismo social, cultural e político, que uma gestão pública compartilhada apresentou durante o Governo Lula.

O Ponto de Cultura foi o principal elemento articulador das políticas culturais do Governo Lula, desenvolvido a partir do Programa Cultura Viva, que ofereceu uma espécie de

passaporte para a diversidade das expressões e produções da cultura nacional, fazendo com que ela cruzasse fronteiras entre cidades, entre os Estados, permitindo o intercâmbio de culturas, de linguagens, de modos de vida, de gente, de pessoas que tinham a mesma essência, a mesma alma, o mesmo idioma, irmãos que estavam tão perto e não se viam, não se reconheciam, pois afastados, distanciados pela soberania de uma política que privilegiava a cultura elitizada, em descaso à cultura popular. As políticas culturais nascem, então, num horizonte de diálogos entre o poder público e a sociedade civil, sendo materializadas na criação dos mecanismos que iriam permitir esse encontro entre os gestores públicos culturais e a sociedade. Essa percepção fica clara, como nos coloca Célio Turino (2009, p. 63-64):

A aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e Sociedade. No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo. [...] Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social.

Contudo, é possível compreender que houve, em grande medida, uma abertura do Estado, tendo na sociedade civil, nas suas ações políticas e culturais, uma participação mais efetiva nos direcionamentos sociais. Existe uma compreensão e uma vontade de realização daquilo que Gramsci (2005) apontava como o Estado ampliado, formado pelas esferas da sociedade civil e pelas esferas da sociedade política, que fariam da esfera pública o campo de disputas, conflitos, e da organização do Estado democrático, gerando equilíbrio entre o consenso social e a força política:

Essas duas esferas se distinguem, justificando assim que recebam em Gramsci um tratamento relativamente autônomo, pela *função* que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das *relações de poder*. Em conjunto, as duas esferas formam o Estado em sentido amplo, que é definido por Gramsci como ‘sociedade política + sociedade civil’, isto é, hegemonia escudada pela coerção. Nesse sentido, as duas esferas servem para conservar ou transformar uma determinada formação econômico-social, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental no modo de produção capitalista. Mas a maneira de encaminhar essa conservação ou transformação varia nos dois casos. No âmbito da ‘sociedade civil’, as classes buscam exercer sua

hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da *direção* e do *consenso*. Por meio da ‘sociedade política’ – que Gramsci também chama, de modo mais preciso, de ‘Estado em sentido estrito’ ou ‘Estado-coerção’ –, ao contrário, exerce-se sempre uma ‘ditadura’, ou, mais precisamente, uma dominação fundada na *coerção*. (COUTINHO, 1994, p. 54)

A ética aparece enquanto essa possibilidade de construção, na esfera pública, das soluções para os desejos, os interesses, as necessidades e demandas, tanto pelos receptores quanto pelos executores e gestores das políticas públicas. A ética coloca-se como um estado de mediação do bem-estar coletivo, através da escolha de valores e princípios comuns a todos, e enquanto reflexo daquilo que de melhor se pode fazer para o bem comum, entendendo a perspectiva de direitos do “outro”, na mesma medida em que “eu exijo os meus”.

A ética torna a esfera pública o local ideal e democrático da construção de uma gestão compartilhada de políticas públicas que assegurem, afirmem e realizem uma transformação da realidade social, dando uma vida mais digna à população. Para a política pública, a ética funciona como um instrumento eficaz de proteção aos direitos do cidadão, admitindo soluções entre as prioridades do governo e as necessidades da sociedade.

A Constituição brasileira de 1988 evidencia os princípios éticos que deverão nortear a boa conduta da administração pública. Nela estão os cinco princípios éticos mais relevantes da administração pública, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.⁶ A ética então adquire uma relevância fundamental na elaboração e execução das políticas públicas. Ela passa a ser um estado de ação que se situa acima das vontades e das moralidades individuais. Sua função é viabilizar, a partir de princípios e valores universais, os anseios do povo. Deste modo, conforme Barroco (2010), a razão legisladora estabeleceria regras e leis universais que valessem para todos os homens. Assim, a exemplo das políticas públicas, o agir com dever se daria quando um gestor mantivesse realizadas as ações de outro, evitando pessoalizar a execução dos processos relacionados aos direitos e ao bem-estar social. A ética, na esfera pública, torna-se um caminho sem desvios de princípios, não havendo espaço para o gestor público mal-intencionado, pois a ética exclui a possibilidade de articular para si favorecimentos, ou aquilo que não estava acordado entre as partes.

⁶ Constituição Federal Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acessado em 24/11/20013.

A mudança no paradigma das políticas culturais, a partir do Governo Lula, lançou a possibilidade de se descobrir um Brasil ainda não conhecido pelos brasileiros. O Programa Cultura Viva, nesse sentido, foi um verdadeiro desbravador das potências de partes adormecidas do corpo cultural brasileiro, pois trouxe, através da gestão compartilhada, um aumento no diálogo e, conseqüentemente, ações mais éticas, em termos de políticas culturais. Ficou famosa a expressão “do-in antropológico”, dita pelo então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em seu discurso de posse, que já apresentava esse novo caminho que seria tomado pelo governo, em relação ao desenvolvimento das políticas públicas para a cultura e, fundamentalmente, do papel do Estado na criação de espaços democráticos e éticos, protagonizados pelos agentes culturais.

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atijar o novo.⁷

O desenvolvimento das políticas culturais no Governo Lula deu-se numa corrente de expectativas dos agentes culturais, produtores e a sociedade em geral, que exigiam uma mudança no comportamento político, em relação à cultura. Solapada por ações públicas hierárquicas, autoritárias, verticais, dos governos anteriores, a cultura estava nas mãos do capital privado, na produção da cultura de massa, centralizada na oferta e não na demanda. Cabe então uma pequena análise dos anos anteriores. A década de 1990 foi marcada por ações significativas, no campo da gestão política da cultura.

O presidente Fernando Collor, em dezembro de 1990, extinguiu o Ministério da Cultura, rebaixando-o a uma secretaria. Essa atitude foi como uma avalanche, que, embora pequena, vai aumentando e cada vez mais ficando densa. Com o fim do ministério, foram extintas a Funarte (Fundação Nacional das Artes), a Fundação Nacional das Artes Cênicas, a Fundação do Cinema Brasileiro, a Fundação Nacional Pró-Leitura e a Embrafilme. A extinção desses

⁷ Trecho do discurso de posse do Ministro Gilberto Gil – 2/01/2003. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883>. Acesso em 10 fev. 2015.

setores causou uma grande desarticulação nos programas e nas ações que vinham sendo realizadas, e conseqüentemente uma diminuição significativa dos recursos financeiros para o investimento em cultura. Já no ano de 1991, a chefia da Secretaria de Cultura ficou a cargo de Sérgio Paulo Rouanet, em cujo período é promulgada a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Incentivo à Cultura, mais conhecido como lei Rouanet. Essa lei vinha substituir e revogar a Lei Sarney, que não produzira os efeitos esperados, numa tentativa de buscar solucionar os seus equívocos.

A Lei Rouanet, concentra-se em três bases: a) patrocínio ou doação, o mecenato; b) Fundo Nacional de Cultura; c) Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICArt). Sendo, destes três mecanismos, apenas o patrocínio o mais utilizado. A Lei Rouanet é, sobretudo, uma política de incentivos fiscais que oferece tanto a empresas quanto a pessoas físicas a possibilidade de transferir parte do Imposto de Renda (IR) para ações e atividades culturais. A Lei Rouanet tinha, no seu intuito, incentivar empresas e pessoas a investirem na cultura, a partir da dedução fiscal e, como retorno, terem valorizadas suas marcas junto à sociedade, mas, no entanto, o que preponderou nessa esfera de atuação da lei, foi a percepção do afastamento do Estado do gerenciamento e da aplicação de recursos na cultura, deixando a cargo das empresas decidir em qual investimento cultural teriam mais retorno em mídia e propaganda. O governo, pela Lei Rouanet, subsidiava as ações a partir da renúncia fiscal, mas não tinha nenhum controle ou gerência dos investimentos e das ações culturais, ficando apenas sob a sua responsabilidade aprovar ou não tais projetos.

O critério de aprovação dos projetos por parte do governo – que se limitava a verificar se os objetivos dos mesmos eram os previstos por lei – fez com que efetivamente o mercado decidisse em quais projetos deveria investir, quais renderiam a desejada imagem de marketing cultural. O que o governo terminou fazendo foi liberar recursos públicos para serem aplicados sob a ótica do interesse empresarial. (CALABRE, 2009, p. 117)

Todavia, as leis de incentivo foram surgindo, como a Lei do Audiovisual, em 1992, já no governo de Itamar Franco, e permitindo cerca de 100% de abatimento no IR devido para ser aplicado na área do audiovisual. Vale lembrar que, nesse mesmo ano, também foi recriado o Ministério da Cultura. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder, em 1995, assume o Ministério da Cultura, Francisco Correa Weffort, que viria a ficar no cargo até 2002. As leis de incentivo continuaram a ser aprimoradas e se tornaram quase que a única fonte de financiamento da Cultura, conforme Frederico Silva (apud CALABRE, 2009, p. 115) “os recursos financiados pelas leis de incentivo praticamente corresponderam a mais da metade dos recursos públicos federais”.

No quadro, a seguir, fica evidente o quanto a ação do Estado em relação à cultura estava presa às questões de uma legislação que privilegiava as leis de incentivo, pois mostra que 30% da legislação de cultura correspondiam a leis de incentivo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Tipo de legislação	Total do período	Sobre incentivo	Percentual
Leis	16	03	18,7%
Decretos-leis	03	01	34,0%
Instruções normativas	40	11	27,5%
Portarias	21	10	47,6%
Totais	80	25	31,3%

Fonte: Calabre (2009, p. 118).

Assim, podemos minimamente afirmar que os governos antecessores a Lula privilegiaram, na forma de uma legislação de incentivos, o principal instrumento das suas políticas públicas de cultura. Fica evidente, então, que não foi construído ou elaborado qualquer tipo de espaço ou esfera pública que evidenciasse a formulação de uma política cultural que levasse em conta um processo de gestão junto à sociedade civil. São essas as heranças a serem superadas pela nova política cultural que iria se implementar, a partir de 2004, por meio da Portaria Ministerial nº 156, que criava o Programa Cultura Viva, cujo objetivo principal foi promover a produção, a difusão e o acesso aos meios de fruição cultural, através de uma prática de solidariedade e cooperação social, uma lógica que busca resultados inversos aos das leis de incentivo, priorizando o diálogo e uma gestão compartilhada dos recursos e dos bens públicos que fomentam a cultura.

A criação do Programa Cultura Viva veio mudar essa estrutura, a partir de ações importantes, primeiro descentralizando os recursos e repassando-os diretamente aos grupos, comunidades, associações e agentes culturais, operando, assim, uma clara redistribuição financeira, e atribuindo a tais grupos protagonismo e compartilhamento da gestão do programa, além de afirmar uma política de cidadania cultural que possibilitou mexer nas estruturas das classes dominantes, que monopolizavam os bens materiais e imateriais, e através da mídia, homogeneizavam e estereotipavam as representações simbólicas.

A expectativa inserida nas propostas das políticas culturais do Governo Lula toma o sentido de curar as marcas deixadas pelo impacto de mais de duas décadas de descaso com a cultura, no que se refere à pluralidade, à diversidade das expressões, dos modos e dos fazeres espalhados pelo país. A cultura ganha a essência formadora de um Brasil heterogêneo e

democrático. Através das políticas públicas, os valores da cultura do povo brasileiro iriam ter uma nova dinâmica em sua valorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações culturais no Governo Lula foram um grande momento para a sociedade brasileira. A partir de uma visão de compartilhamento de decisões, voltamos à ética, como a base de formulação das intervenções sociais que o poder público, através das políticas públicas, e em específico das políticas culturais, pode atender de maneira abrangente e sem parcialidade as necessidades do povo.

Entendendo a multiplicidade de ações que estão ligadas à cultura, como sendo capaz de transformar a vida social, uma política cultural que não se assegure na ética, como elemento central e responsável pela execução das ações públicas, dificilmente terá êxito e, no contraponto desta consequência, as ações para a área da cultura no Governo Lula aconteceram, estimulando a potência econômica, política, cultural e artística do país, e configurando-se, assim, na sua política interna de valorização da diversidade cultural, como forma de crescimento e desenvolvimento social gerando mais cidadania.

Há, no entanto, um contraponto crítico à implementação das políticas culturais trabalhadas ao longo das duas gestões do Governo Lula, que diz respeito à visibilidade e à importância que a política destinada ao Programa Cultura Viva representaram no contexto das ações culturais específicas do MinC, bem como nas ações políticas de governo, de um modo geral. Sinalizam aos atuais gestores, bem como ao PT, a importância do aprimoramento das relações entre sociedade e cultura, capazes de afirmar e fortalecer as teias constituídas ao longo da implementação mais efetiva do Programa Cultura Viva. Sendo, também, importantíssima, a revisão da legislação que regula as relações entre as organizações da sociedade civil e o poder público. Hoje, os convênios engessam grande parte das ações culturais. É preciso melhorar urgentemente os instrumentos que gerenciam os convênios entre governo e sociedade civil, neste caso, os Pontos de Cultura, de forma a aperfeiçoar os processos que existem atualmente.

Por fim, a ética nas políticas culturais pode assegurar o desenvolvimento da vida cultural de uma sociedade como um conjunto de práticas associadas a um diálogo permanente com o poder público, permitindo, através da cultura, uma maior compreensão da realidade social, do desenvolvimento, econômico, simbólico e estético da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p.111-141, 1999.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Edital de divulgação n. 08, de 09 de março de 2010** – Prêmio. Brasília, DF: MINC, 2010.

BARBOSA, Frederico. Ministério da Cultura no governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço. In: CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas Culturais: um campo de estudo**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2012. p. 59-85.

BARBOSA, Nelson. **Dez anos de política econômica**. In: SADER, Emir. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil; Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013. p. 69-102.

BARBALHO, Alexandre. O papel da política e da cultura nas cidades contemporâneas. **Políticas culturais em revista**, v. 2, n. 2, p. 1-3, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez 2010. (Biblioteca básica de serviço social, v. 4).

BARROS, José Márcio; ZIVIANI, Paula. O Programa Cultura Viva e a Diversidade Cultural. BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia. (Orgs.). **Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília, DF: Ipea, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 13-33.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRUNNER, José Joaquín. **La cultura como objeto de políticas**. Santiago de Chile: LACSO, 1985. (Programa n. 74, out. 1985).

BRUNNER, José Joaquín. **A propósito de políticas culturales y democracia: um ejercicio formal**. Santiago de Chile: FLACSO, 1985. (Programa n. 254, ago. 1985).

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. (Coleção FGV de Bolso. Série Sociedade e Cultura,v.3).

CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais: pesquisa e formação**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARTILHA – **CULTURA VIVA** – Ministério da Cultura – Brasília, DF: MINC, 2008.

GRAMSCI, ANTONIO. **Cartas do cárcere**, v. 2: 1931-1937; tradução Luiz Sérgio Henriques, organizadores Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de.; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos, 7).

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Cidadania cultural: relato de uma experiência institucional. In: _____. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 65-102.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural cultura e imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda. 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia. (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 113-140.

GIL, Gilberto. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. **Cadernos do Do-In Antropológico**, Brasília, DF: MINC, n. 1, dez. 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11 ed., 1. Reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MATOSO, Jorge. Dez anos depois. In: SADER, Emir. (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil; Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013. p. 111-121.

PIVA, Glauber. Cultura: políticas públicas e novas visibilidades. In: SADER, Emir. (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil; Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013. p. 285-301.

RODRIGUES, Carla; SOUZA, Herbet de. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Do pensamento às palavras: instrumento metodológico para a análise dos discursos. **Cadernos UniFOA**, n. 12, p. 87-95, abr. 2010.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. **Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único**. Niterói: EdUFF, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2001.

_____. Políticas culturais do governo Lula. Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** 184, São Paulo, v. 31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

SARAIVA, Andréa. **Economia viva e solidária**: estudo propositivo de alternativas de sustentabilidade financeira dos Pontos e Pontões de Cultura. Brasília, DF: Minc; Pnud, 2010.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery. (Orgs.). **Cultura Viva**: avaliação do programa arte educação e cidadania. Brasília: IPEA, 2010.

TAYLOR, Charles. **A política do reconhecimento**. In: TAYLOR, Charles et al. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 45-94.

TURINO, Celso. **Ponto de Cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.